

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

YARA RODRIGUES SOUZA DEODATA

**OS DESAFIOS DA APROVAÇÃO AUTOMÁTICA NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS
ALUNOS**

Taguatinga/TO

2023

YARA RODRIGUES SOUZA DEODATA

**OS DESAFIOS DA APROVAÇÃO AUTOMÁTICA NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS
ALUNOS**

Trabalho final de curso apresentado para o Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Palmas – Polo Taguatinga/TO, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientador(a): Prof. Paulo Paz

Taguatinga/TO

2023

RESUMO

No cenário educacional atual, as discussões acerca da reprovação, e aprovação automática têm ganhado espaço dentro e fora do ambiente escolar. Considerando a trajetória dos estudantes, há uma preocupação constante do impacto de ambas as práticas na vida escolar dos alunos. Reprovar pode significar um ponto final no percurso educacional e aprovar sem a aquisição da aprendizagem é compactuar com o fracasso tardio, pois essa prática leva o estudante a acumular dificuldades que poderão levá-lo ao insucesso escolar. Nesse impasse, a partir de revisões bibliográficas, o presente artigo traz uma discussão sobre o impacto da aprovação automática e um levantamento sobre as problemáticas educacionais envolvidas nessa prática bem como apresenta a intervenção pedagógica realizada no intuito de recuperar a aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Aprovação automática; Reprovação; Abandono Escolar.

ABSTRACT

In the current educational scenario, discussions about failure and automatic approval have gained space inside and outside the school environment. Considering the students' trajectory, there is a constant concern about the impact of both practices on the students' school life. Failing can mean an end point in the educational path and passing without acquiring learning is condoning late failure, as this practice leads the student to accumulate difficulties that could lead to academic failure. In this impasse, based on bibliographical reviews, this article discusses the impact of automatic approval and a survey of the educational issues involved in this practice, as well as presenting the pedagogical intervention carried out with the aim of recovering student learning.

Keywords: Automatic approval; Rejection; School Dropout.

LISTA DE SIGLAS

CEE/TO	Conselho Estadual de Educação/Tocantins
DCN's	Diretrizes Curriculares Nacionais
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas
PL	Projeto de Lei
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	8
<u>2</u>	<u>APROVAÇÃO AUTOMÁTICA</u>	8
<u>2.2</u>	<u>Aprovação automática: Quando os fins justificam os meios</u>	11
<u>3</u>	<u>Medidas para evitar a reprovação do estudante</u>	12
<u>3.3</u>	<u>Projeto de Intervenção</u>	15
<u>4</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	16
	<u>REFERÊNCIAS</u>	18

Escola: Colégio Estadual Justino de AlmeidaTurma: 9º ano

Disciplina: Ciências

Tema: Aprovação Automática

Objetivo: Melhorar o aprendizado dos estudantes, motivá-los para que não tenha abandonadodos mesmos

Descrição das principais atividades desenvolvidas: Aulas expositivas sobre conteúdos de ciências, leitura de artigos para desenvolver o projeto com a melhor qualidade para explicar otema abordado

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica atrelado a própria experiência da autora em sala de aula. Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir acerca das problemáticas que a aprovação automática infere na educação básica, bem como os desafios enfrentados pelos professores na busca pela promoção da aprendizagem qualitativa.

A realidade da educação pública no Brasil é desafiadora por diversas razões, desde o enfrentamento das precariedades estruturais e a desvalorização dos professores até as próprias falhas do sistema educacional que muitas das vezes enxerga o estudante de forma quantitativa, deixando de lado sua formação integral, fato que corrobora para a fragilidade educacional e consequentemente o fracasso e abandono da vida escolar de muitos brasileiros.

Desse modo, com vistas aos índices qualificadores da educação básica, percebe-se a necessidade de promover meios que minimizam o impacto numérico desses abandonos, sendo a promoção automática uma dessas formas. Assim, pretende-se também neste trabalho de pesquisa, compreender como a promoção automática dos estudantes interferem e distorcem os dados do IDEB - Índices de Desenvolvimento da Educação Básica.

Segundo Bock, (et al.,1999, p.269), "as dificuldades, fracassos, reprovação, entre outros fatores, afastam as crianças da escola; e que para sanar o problema é necessário "fazer a escola para os alunos e não alunos para a escola". Portanto, entende-se que os fatos anteriormente citados são fortes contribuintes para o abandono escolar dos estudantes, entretanto, somente promover a aprovação, sem garantir o pleno desenvolvimento da aprendizagem é também uma forma de contribuir para o seu fracasso, sendo necessária intervenções que recupere a aprendizagem dos estudantes para evitar seu fracasso escolar.

2 APROVAÇÃO AUTOMÁTICA

A aprovação automática consiste na aprovação do estudante independente do desenvolvimento de sua aprendizagem. Essa prática seria uma ação que visa

diminuir as desigualdades sociais provocadas pelo abandono escolar que tem como um dos causadores a reprovação do aluno, pois a retenção causa a distorção em idade/série, que consequentemente pode interferir na autoestima, comportamento e desenvolvimento dos estudantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) recomendam que não haja reprovação nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, haja vista que a prioridade nos anos iniciais é a alfabetização e letramento dos alunos. Nesta perspectiva, a reprovação é injustificada pois nessa fase a criança está adquirindo habilidades básicas para o desenvolvimento da aprendizagem, portanto, segue a aprovação automática.

Embora a recomendação da não reprovação seja apenas nos anos iniciais, há no contexto atual da educação básica, um “pacto” implícito de aprovação automática baseado na cobrança direta ao professor em sua prática pedagógica a fim de contornar os dados que fazem os indicadores da qualidade da educação despencarem. Segundo Bossa (2002, p. 19), “o sistema oprime os educadores”. Opressão essa, confirmada na fala da Presidente Regional de Porangatu do Sintego (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás), Vildete Souza Santos Lacerda, afirmando que:

Todo início de ano é feito um planejamento em cima dos livros didáticos. No meio do ano a Seduce entra com uma cartilha e tenta mudar toda a programação. Ou seja, para alcançar os bons índices no Ideb muda a estratégia e a forma de trabalhar. O professor fica em cima de papéis, é sugado. Ele não pode nem reprovar o aluno, caso contrário é considerado incompetente.

Sabe-se que pressão por resultados faz parte de todo o processo educacional brasileiro, no entanto, a prioridade deve estar centrada na garantia da aquisição da aprendizagem. Contudo, essa “pressão” está quase sempre voltada para os apontamentos numéricos que denunciam nível de desenvolvimento. Ao reprovar um aluno, o Ideb da escola cai e a pressão sobre o professor aumenta. Para sanar a questão da reprovação, institui-se nas escolas estratégias para que os alunos alcancem a média exigida a fim de evitar a reprovação, gerando uma “aprovação automática”, já que a recuperação da aprendizagem nem sempre tem sido o principal objetivo.

Embora a aprovação dos estudantes seja um dado positivo para o Ideb, não garantir a recuperação da aprendizagem interfere diretamente nos índices de qualidade, haja vista que para chegar ao número final, o Ideb utiliza não somente a informação do fluxo escolar, ou seja, dos dados sobre a taxa de aprovação, mas também as médias de desempenho (notas alcançadas pelos estudantes na avaliação do SAEB). Dessa forma, entende-se que a aprovação automática por si só não é capaz de melhorar o nível de desenvolvimento da educação, pois o estudante precisa demonstrar as habilidades e competências exigidas, portanto, a aprovação sem recuperação da aprendizagem se torna sem efeito para fins qualitativos.

Em 2014, tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL 8200/14) do deputado Alexandre Leite (DEM-SP) que reforça a proibição de alunos se classificarem para qualquer série ou módulo da educação básica (ensino médio e fundamental) por meio de promoção automática. Segundo o deputado autor da PL, "o projeto se destina a evitar que os estudantes progridam na trajetória escolar sem ter de fato avançado na aprendizagem", devendo a escola buscar meios de recuperar a aprendizagem do estudante, caso essa recuperação não seja efetivada, a reprovação é a oportunidade do aluno alcançar os conteúdos curriculares.

Para a professora Dorinha Seabra Rezende, deputada e relatora da PL8200/14:

[...] é pelo reconhecimento realista das lacunas de aprendizagem que podemos atuar corretivamente, é que podemos realizar de fato o objetivo do ensino, que é a aprendizagem e o desenvolvimento. Não podemos dar as costas ao que dizem as avaliações, e deixar que os educandos sigam seu curso escolar apenas formalmente, quando as habilidades, atitudes e competências não foram formadas no seu interior.

Para a relatora da PL, os resultados das avaliações externas devem ser os norteadores do planejamento da escola. Ao reconhecer as falhas e necessidades do estudante é possível agir corretivamente, ou seja, atuar diretamente nas fragilidades com o objetivo de recuperar as aprendizagens apontadas pelas avaliações.

Segundo Bossa quando o sistema escolar não garante o desenvolvimento pleno da aprendizagem, contribui para o fracasso de milhares de jovens, aumentando as injustiças sociais.

No Brasil, a escola torna-se cada vez mais palco de fracassos e de formação precária [...]. A escola, que deveria formar jovens capazes de analisar

criticamente a realidade, a fim de perceber como agir no sentido de transformá-la e, ao mesmo tempo preservar as conquistas sociais, contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro. (BOSSA, (2002, p. 18).

Conclui-se que, apesar da não reprovação ser uma prática comum à muitas instituições educacionais, a escola precisa estar comprometida com a aprendizagem dos alunos, lançando mão de todas estratégias de recuperação efetiva, e quando esta não alcançada no ano letivo, aprovar automaticamente apenas adia um fracasso que será apresentado futuramente.

2.2 Aprovação automática: Quando os fins justificam os meios

É perceptível que há um aumento exponencial no desinteresse pelos estudos por parte dos estudantes. Essa percepção vem sendo comprovada pelos inúmeros estudos e pesquisas vinculadas à educação que trazem apontamentos para as possíveis causas dessa anomia, como no caso da pesquisa apresentada pela UNICEF afirmando que por necessidade de trabalhar fora, por dificuldades de aprendizagem, gravidez, deficiência, racismo, entre outras motivações, 2 milhões de meninas e meninos de 11 a 19 anos deixaram a escola em 2022.

A educação está envolta de diversas problemáticas que atuam diretamente no desinteresse do estudante. Sabe-se que as situações-problemas acontecem dentro e fora do ambiente escolar, sejam por conflitos internos e externos, fatores sociais, deficiências, dentre outras. Entretanto, o que vem intrigando muitos professores é a apatia em massa dos estudantes que não demonstram interesse em aprender/participar, portando uma atitude cada vez mais mecanizada e menos crítica.

Quando o estudante está ciente que sua aprovação virá sem grandes esforços, a postura e o seu comprometimento em aprender acabam sendo prejudicados, pois como defendia Skinner, "a lógica do esforço e dedicação está atrelada à recompensa". Nessa perspectiva, o aluno não vê sentido em se esforçar para aprender pois a recompensa (avanço de série/ano) acontece mesmo com a dedicação mínima. Muitos alunos, confiantes que serão aprovados ao fim do ano letivo mesmo sem o devido comprometimento, passam o ano encarando os estudos apenas como uma exigência formal de frequência.

Diante desse cenário, o professor também se apresenta desmotivado. Ele tenta ensinar, o aluno não quer aprender, o sistema cobra a recuperação das notas, e a progressão acontece. Um progresso mascarado por notas dentro da média, mas que escondem a realidade e a sensação de impotência dos docentes. Segundo Maria Helena Souza Patto, sobre o professor e a escola pública:

É frequente que, ao invés da dedicação pessoal e do empenho redobrado em recuperar essas crianças, eles sintam diminuída sua responsabilidade perante elas. Já sabem de antemão que não produzirão o esperado, de sorte que acabam por deixá-las entregues às suas próprias dificuldades. (PATTO, 1997, p. 340).

A autora enfatiza que a escola, na figura do professor, que não trabalha para recuperar a aprendizagem dos alunos, acabam por lançá-las à própria sorte, limitadas por suas dificuldades. Nesse sentido, recuperar a aprendizagem não se trata de simplesmente da não retenção do aluno, mas das estratégias de ensino adequadas à realidade do estudante para que ele acesse os conteúdos e esteja apto para avançar na vida escolar.

Sob esse viés, a não retenção do aluno que não alcançou a aprendizagem justifica parte do desinteresse dos alunos, principalmente quando esses não têm uma ideia amadurecida do futuro pós-escola. E é justamente após a conclusão da educação básica que o fracasso desses alunos se apresentam, pois como não adquiriram a aprendizagem, acabam tendo mais dificuldade de ingressar no ensino superior e conseqüentemente no mercado de trabalho. Como esse fracasso é apresentado tardiamente, ele é justificado pela meritocracia, linha de pensamento que condiciona o sucesso unicamente ao próprio esforço e dedicação do indivíduo, desconsiderando as condições sociais que limitam grande parte dos brasileiros.

3 MEDIDAS PARA EVITAR A REPROVAÇÃO DO ESTUDANTE

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com o objetivo de alcançar o pleno desenvolvimento humano, bem como seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho. Todavia, a realidade da educação pública brasileira aponta para o descumprimento da garantia desse direito, uma vez que possibilitar o

acesso à educação não garante por si só a permanência nem o desenvolvimento pleno da aprendizagem. Portanto, é de suma importância que a escola desenvolva ações que primam pelo desenvolvimento integral dos estudantes, inclusive àquelas destinadas à recuperação da aprendizagem, evitando a reprovação.

Partindo da premissa que a educação é direito constitucional, é prioritário pensá-la como instrumento de combate às desigualdades que perpetuam na sociedade. E quanto mais distante da educação, maior se torna o abismo que o jovem enfrenta para alcançar os outros direitos sociais mínimos para a dignidade humana, tais como: saúde, segurança, previdência social, entre outros. Nessa perspectiva, o olhar para a educação não pode estar apenas voltado para as questões conteúdistas previstas por um sistema educacional. É necessário lançar um olhar para a formação humana do indivíduo a fim de prepará-lo para a vida em sociedade.

Obviamente todos os conteúdos previstos na grade curricular são importantes e devem ser contemplados, porém, quando não acessados pelo estudante, não se pode desconsiderar todos os outros conhecimentos adquiridos ao longo do ano letivo. Reprovar o aluno, nesse sentido, é colaborar com um sistema excludente que ignora as individualidades do estudante e perpetua a exclusão social que atinge os mais vulneráveis.

Considerando os meios de recuperação da aprendizagem, é necessário primeiramente enxergar a sala de aula como um ambiente multiforme, portanto o professor deve estar disposto a pensar e repensar sua prática com o fito de alcançar todos os estudantes. Não se trata de uma tarefa fácil, mas é parte essencial da função do docente para fugir do tradicionalismo e encontrar um caminho para evoluir juntamente às mudanças que vêm ocorrendo na educação e em seu público.

[...] trata-se de um conceito que perpassa não apenas a formação de professores, como também o currículo, o ensino, a metodologia e a docência. A ideia é a de que o professor possa “pensar” sua prática, ou em outros termos, que o professor desenvolva a capacidade reflexiva sobre sua própria prática. Tal capacidade implicaria por parte do professor uma intencionalidade e uma reflexão sobre seu trabalho. (LIBÂNEO, 1999, p.85)

Libâneo traz a intencionalidade como uma relação direta com o objetivo. Quando há um planejamento e este não atinge o objetivo, a reflexão sobre a própria prática leva o professor a desenvolver novas estratégias para o sucesso da sua ação.

A atenção é, nesse sentido, a capacidade de o professor mudar sua prática sempre que necessário para que seu objetivo primeiro seja alcançado, o desenvolvimento pleno da aprendizagem.

Considerando que as práticas de recuperação da aprendizagem devem estar em processo contínuo, o Artigo 65 do Regimento Escolar 2017, aprovado pela Resolução CEE/TO nº 082, de 3 de agosto de 2017, traz como direito de recuperação das aprendizagens a Recuperação Paralela, enfatizando em seu texto que:

Art. 3º A Recuperação Paralela é o processo pedagógico destinado a oportunizar ao aluno superar as dificuldades de aprendizagens no decorrer do ano em curso, sob a orientação e acompanhamento sistematizado do professor.

Art. 4º Para a realização da recuperação paralela, a escola deve adotar os seguintes critérios:

I- avaliação da aprendizagem do aluno; II - levantamento periódico dos conteúdos não aprendidos pelo aluno; III - organização de processos metodológicos adequados a realidade e ao grau de dificuldade do aluno; IV - planejamento didático pedagógico sistemático orientado e acompanhado pelo coordenador pedagógico.

Art. 5º A recuperação paralela é destinada aos alunos que apresentam lacunas de aprendizagens e será implementada conforme as disposições a seguir:

I - A recuperação paralela dar-se-á de forma contínua e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem e será realizada ao longo do ano letivo, assegurando ao aluno, novas oportunidades de aprendizagem dos conteúdos não apreendidos;

A Recuperação Paralela é um dos direitos dos estudantes que garantem a oportunidades de desviarem da reprovação. Ao final de cada bimestre, por meio de levantamento periódico dos conteúdos e planejamento pedagógicos contínuo voltado para o desenvolvimento das habilidades não adquiridas, os estudantes terão direito à recuperação da aprendizagem bem como à novas avaliações.

A transformação da realidade educacional perpassa não somente a prática docente, mas também o currículo e o ensino. Nesse sentido, ao propor ações de enfrentamento na educação, o trabalho do professor não pode acontecer de forma isolada e dissociada do currículo. Para isso, O “Recomeçar” foi uma estratégia

proposta pelo Governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em 2022, que passou a direcionar a prática pedagógica do professor com o objetivo de recuperar a aprendizagem dos alunos em decorrência da pandemia de 2019.

O Programa “Recomeçar” é um programa de Recomposição das Aprendizagens, que foi implementado em toda a rede estadual, e tem por objetivo adequar as habilidades e as competências dos estudantes ao ano ou série em que ele está matriculado. Essa ação iniciou-se a partir do diagnóstico das aprendizagens dos estudantes durante o período de pandemia; e a recomposição dessas aprendizagens estiveram focadas na alfabetização e letramento matemático. A ação do professor, direcionada às atividades em sala de aula, monitoramento do desenvolvimento e avaliação contínua.

Para a diretora de Educação Básica da Seduc, Celestina Souza:

[...] Recompôr as aprendizagens é olhar para o estudante e verificar se ficaram lacunas, identificá-las e preparar as atividades pedagógicas para superar essas deficiências. Essa ação busca melhorar o nível de alfabetização dos nossos estudantes e letramento matemático para que eles possam desenvolver as habilidades, ler e compreender os textos e se comunicar de forma eficiente.

O “Recomeçar” é um exemplo de ação de enfrentamento das dificuldades educacionais que surgiu após uma análise do contexto de enfraquecimento da educação em decorrência da pandemia. Como um agente externo causou tal prejuízo ao ensino, o fracasso teve outro culpado senão o próprio aluno, assim, uma ação em massa foi mobilizada. Após as avaliações de saída pôde-se compreender os caminhos para as ações de recuperação das aprendizagens previstas para 2023, que vemacontecendo sob “os pilares da gestão, proficiência, etapas e modalidades”.

3.3 Projeto de Intervenção

A função social da educação é derrubar barreiras impostas pela desigualdade. Quando o aluno é reprovado na educação básica, essa barreira vai sendo cada vez mais difícil de ser vencida, e o objetivo da escola vai se aproximando cada vez mais do fracasso. Segundo Boneti (1988, p. 15), “excluir é não apenas marginalizar e sim

desconsiderar a existência humana". Nesse sentido, reprovar o aluno é uma forma de desconsiderar sua existência o lançando ao abismo do fracasso, deixando-o a própria sorte.

Com vistas a cumprir a função da escola e recuperar a aprendizagem dos estudantes, foi desenvolvido no Colégio Estadual Justino de Almeida, Tagatinga/TO, o projeto "Cienciativa", que teve por objetivo interligar as ações do projeto de ciências aos conteúdos que os alunos mais tiveram dificuldade de compreensão, dessa forma foi possível executar a recuperação paralela de forma ludica, autônoma e ativa.

A partir de um prognóstico, as turmas foram divididas em grupos. Como os alunos apresentavam baixo rendimento nos conteúdos, foi solicitado que os grupos desenvolvessem projetos relacionados aos conteúdos em questão. Com o auxílio do professor, foi feito um roteiro de estudo e eles precisaram rever os conteúdos para colocar as ações em prática. Na culminância, os estudantes montaram estandes para apresentar seus projetos, oportunidade que palestravam aos visitantes.

Foi possível perceber que ao estarem frente a um projeto de ciências, os alunos tiveram mais facilidade de compreender os conteúdos anteriormente não alcançados. Ao repensar a prática, a recuperação da aprendizagem se deu de forma prazerosa e os alunos puderam evoluir. Ao realizar as avaliações bimestrais sobre os conteúdos aplicados na feira de ciências, essa evolução foi visível e a reprovação foi evitada. Portanto, conclui-se que, é possível encontrar meios de promover as competências e habilidades dos estudantes para que sua aprovação seja condizente às aprendizagens adquiridas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a aprovação automática aconteça de forma sutil, há diversas discussões acerca da relevância dessa proposta para sanar a problemática da retenção dos alunos. Aqueles que defendem a progressão automática, sustentam a tese de que reprovar o estudante pode acarretar mais prejuízos do que a retenção, pois os alunos que colecionam reprovações tendem abandonar os estudos. Já os que são contra, apoiam-se na questão qualitativa do ensino afirmando que tal prática diminui o compromisso e interesse dos estudantes bem como os condenam a uma série de dificuldades nos anos seguintes.

É fato que ambos os lados têm suas faces da verdade, entretanto, torna-se urgente encontrar um ponto de equilíbrio onde o objetivo central seja a formação integral do estudante, diminuindo as taxas de reprovação e elevando a qualidade do ensino.

A grande problemática de educação brasileira está nas “soluções” imediatistas para resolver situações que requer tempo, planejamento, investimento e compromisso. Assim, para sanar um problema hoje, cria-se uma “solução” que acarretará num outro problema futuro. Portanto, percebe-se que, assim como reprovar o aluno não recupera sua aprendizagem, aprovar automaticamente não o levará ao sucesso escolar.

A escola precisa firmar o compromisso com a aprendizagem do aluno e esta deve ser solidificada desde a base. As ações pedagógicas devem estar centradas na aquisição das competências e habilidades, e estas, quando não alcançadas, devem ser alvo de novas ações direcionadas a recuperar a aprendizagem. O professor deverá repensar sua prática a fim de resgatar o estudante que não acessou os conteúdos.

A reprovação, o abandono escolar ou a aprovação automática são problemas que devem ser enfrentados em conjunto. No campo das ações há uma urgência no trato pedagógico e a responsabilidade não é apenas do professor, mas da escola no geral, da família e do Poder Público.

REFERÊNCIAS

CARTOLA. Agência de Conteúdo. **Especialistas defendem a aprovação automática no ensino fundamental.** Disponível em: <http://www.sinpro-ba.org.br/novo/?p=957>

BOCK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia.** 13º Ed. Saraiva. São Paulo-SP. 1999.

BONETI, L. W. Estado e exclusão social hoje. In: ZARTH, P. (Org.). **Os caminhos da exclusão social.** Ijuí: Unijuí, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8200/14, de 08 de dezembro de 2014.** Altera artigo 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a promoção automática no ensino fundamental e médio. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoes>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.**

GOULART, Joender Luiz. **Desinteresse escolar: em busca de uma compreensão.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 04, pp. 89-110. Janeiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desinteresse-escolar>,

DOI:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desinteresseescolar

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Regulamenta o Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. **Resolução CEE/TO nº 082, de 3 de agosto de 2017**

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 468 p

UNICEF. **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoesde-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>